

MARLON **TOMAZETTE**

CURSO DE  
**DIREITO**  
**EMPRESARIAL**

**3** **FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO  
DE EMPRESAS**

**7ª edição**  
**revista e atualizada**

**2019**

saraiva  *jur*

ISBN 978-85-53602-62-9

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Tomazette, Marlon

Curso de direito empresarial : falência e recuperação  
de empresas – volume 3 / Marlon Tomazette. – 7. ed. – São  
Paulo : Saraiva Educação, 2019.1. Direito empresarial 2. Direito empresarial - Brasil 3. Em-  
presas - Falência I. Título.

18-1062

CDU 34:338.93(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito empresarial 34:338.93(81)  
2. Direito empresarial : Brasil 34:338.93(81)Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B  
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902**SAC**

0800-0117875

De 2ª a 6ª, das 8h às 18h

[www.editorasaraiva.com.br/contato](http://www.editorasaraiva.com.br/contato)

**Direção executiva** Flávia Alves Bravin  
**Direção editorial** Renata Pascual Müller  
**Gerência editorial** Roberto Navarro

**Consultoria acadêmica** Murilo Angeli Dias dos Santos

**Edição** Eveline Gonçalves Denardi (coord.)  
Iris Ferrão

**Produção editorial** Ana Cristina Garcia (coord.)  
Luciana Cordeiro Shirakawa  
Rosana Peroni Fazolari

**Arte e digital** Mônica Landi (coord.)  
Claudirene de Moura Santos Silva  
Fernanda Matajs  
Guilherme H. M. Salvador  
Tiago Dela Rosa  
Verônica Pivisan Reis

**Planejamento e processos** Clarissa Boraschi Maria (coord.)  
Juliana Bojczuk Fermino  
Kelli Priscila Pinto  
Marília Cordeiro  
Fernando Penteado  
Mônica Gonçalves Dias  
Tatiana dos Santos Romão

**Novos projetos** Fernando Alves

**Diagramação e revisão** Casa de Ideias

**Capa** Daniel das Neves

**Produção gráfica** Marli Rampim  
Sergio Luiz Pereira Lopes

**Impressão e acabamento** Brasiform Editora e Ind. Gráfica

**Data de fechamento da edição: 5-11-2018**Dúvidas? Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por  
qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora  
Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido  
na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605141 CAE 630549

# SUMÁRIO

<i>Agradecimentos</i> .....	7
<i>Apresentação</i> .....	28
<b>Capítulo 1 – O direito das empresas em crise</b> .....	30
1    A empresa em crise .....	30
2    Crise de rigidez.....	30
3    Crise de eficiência.....	31
4    Crise econômica.....	31
5    Crise financeira.....	32
6    Crise patrimonial .....	32
7    Solução das crises .....	32
7.1    Solução de mercado.....	33
7.2    Soluções estatais.....	34
8    Empresas não recuperáveis.....	35
9    O direito das empresas em crise.....	36
<b>Capítulo 2 – Disposições gerais da falência, da recuperação judicial e da recuperação extrajudicial</b> .....	38
1    Introdução .....	38
2    Âmbito de incidência da falência, da recuperação judicial e da recuperação extrajudicial....	38
2.1    Conceito de empresário.....	40
2.1.1    Atividade.....	41
2.1.2    Economicidade.....	41
2.1.3    A organização.....	42
2.1.4    Profissionalidade.....	43
2.1.5    Produção ou circulação de bens ou serviços.....	43
2.1.6    Direcionamento ao mercado .....	44
2.1.7    Assunção do risco.....	44
2.2    Não abrangidos pelo conceito de empresário .....	44
2.3    Situações especiais .....	46

2.3.1	Sociedades por ações.....	46
2.3.2	Empresários rurais.....	46
2.3.3	Sociedade cooperativa.....	47
2.3.4	Sociedade em conta de participação.....	47
2.3.5	Empresários irregulares .....	48
3	Exclusões.....	49
3.1	Empresas públicas e sociedades de economia mista .....	50
3.2	Instituições financeiras .....	53
3.3	Seguradoras .....	55
3.4	Sociedades de capitalização.....	56
3.5	Operadoras de planos de saúde .....	57
3.6	Entidades de previdência complementar .....	58
3.7	Concessionárias de energia elétrica.....	59
4	Juízo competente.....	60
4.1	Principal estabelecimento .....	60
4.2	Filial de empresários estrangeiros .....	64
4.3	Natureza da competência.....	65
5	Intervenção do Ministério Público.....	66
<b>Capítulo 3 – Recuperação judicial: noções gerais.....</b>		<b>71</b>
1	Definição.....	71
1.1	Série de atos.....	72
1.2	Consentimento dos credores.....	72
1.3	Concessão judicial.....	72
1.4	Superação da crise.....	73
1.5	Manutenção de empresas viáveis .....	73
2	Objetivos.....	74
3	A teoria dos jogos e a recuperação judicial.....	76
4	Princípios.....	77
4.1	Função social da empresa.....	79
4.2	Preservação da empresa.....	80
5	Natureza.....	82
5.1	Ato complexo .....	82
5.2	Natureza processual .....	83
5.3	Natureza contratual.....	83
5.4	Natureza dicotômica .....	85
<b>Capítulo 4 – Requerimento da recuperação judicial.....</b>		<b>86</b>
1	O pedido de recuperação judicial .....	86

2	Requisitos específicos .....	86
2.1	Exercício regular da atividade há mais de dois anos.....	87
2.2	Não ser falido .....	90
2.3	Não ter obtido outra recuperação judicial .....	90
2.4	Ausência de condenação por crime falimentar.....	91
3	Legitimidade ativa.....	93
3.1	O próprio empresário.....	93
3.2	Grupos societários.....	94
3.2.1	Consolidação processual.....	96
3.2.2	Consolidação substancial .....	97
3.3	Herdeiros, cônjuge e inventariante .....	99
3.4	Sócio remanescente.....	99
4	Credores abrangidos .....	100
4.1	Créditos inexigíveis.....	102
4.2	Créditos excluídos da recuperação .....	104
4.2.1	Créditos fiscais .....	104
4.2.2	Credores proprietários.....	105
4.2.2.1	Alienação fiduciária em garantia.....	106
4.2.2.2	Arrendador mercantil.....	107
4.2.2.3	Proprietário em contrato de venda com reserva de domínio.....	108
4.2.2.4	Proprietário ou promitente vendedor de imóveis.....	109
4.2.2.5	Credor de adiantamento de contrato de câmbio.....	109
5	Juízo competente.....	110
6	Petição inicial .....	110
6.1	Requisitos formais e estruturais.....	110
6.2	Instrução .....	112
6.2.1	As causas da situação patrimonial e os motivos da crise econômico-financeira.....	112
6.2.2	Documentação contábil.....	113
6.2.3	Documentos do registro do comércio.....	115
6.2.4	Certidões dos cartórios de protestos .....	116
6.2.5	Relação de credores.....	116
6.2.6	Relação de empregados e seus créditos.....	117
6.2.7	Relação de bens dos administradores e dos controladores.....	118
6.2.8	Relação de processos.....	120
6.2.9	Contas bancárias e aplicações .....	120
7	Análise da petição inicial pelo juiz.....	120

8	Efeitos do ajuizamento do pedido.....	122
9	Desistência.....	122
<b>Capítulo 5 – Decisão de processamento da recuperação judicial.....</b>		<b>123</b>
1	O processamento da recuperação judicial .....	123
2	Natureza do ato judicial que determina o processamento.....	123
3	Conteúdo e efeitos da decisão.....	125
3.1	Nomeação do administrador judicial.....	125
3.2	Dispensa de certidões.....	126
3.3	Suspensão de ações e execuções.....	127
3.3.1	Prazo.....	129
3.3.1.1	Dias úteis ou corridos .....	130
3.3.2	Exceções.....	131
3.3.2.1	Ações que demandem quantias ilíquidas.....	131
3.3.2.2	Execuções fiscais.....	132
3.3.2.3	Ações dos outros credores não sujeitos à recuperação.....	134
3.3.2.4	Ações sem efeitos patrimoniais econômicos.....	135
3.4	Contas mensais.....	135
3.5	Intimação do Ministério Público e das fazendas públicas.....	136
3.6	Suspensão da prescrição.....	137
3.7	Força atrativa do juízo recuperacional.....	137
4	Publicidade.....	140
<b>Capítulo 6 – Administrador judicial.....</b>		<b>142</b>
1	Noções gerais.....	142
2	Natureza.....	143
3	A escolha do administrador judicial.....	144
3.1	Preferência por qualificação técnica.....	144
3.2	Idoneidade .....	145
3.3	Imparcialidade .....	146
3.4	Confiabilidade.....	147
4	Nomeação.....	148
5	Reclamação contra a nomeação .....	148
5.1	Ampla defesa e contraditório .....	149
5.2	Decisão .....	150
5.3	Acolhimento da reclamação.....	151
6	Investidura do administrador judicial.....	152
7	Competência.....	153

7.1	Atribuições ligadas à verificação de créditos.....	153
7.2	Prestação e recebimento de informações.....	154
7.3	Atribuições relacionadas à assembleia geral de credores.....	155
7.4	Atribuições ligadas ao comitê de credores.....	156
7.5	Contratação de auxiliares.....	156
7.6	Fiscalização do devedor em recuperação judicial e gestão provisória dos negócios ...	156
7.7	Administração e liquidação da massa falida.....	157
7.8	Abertura de correspondências.....	158
7.9	Investigação dos atos do falido.....	159
7.10	Prestações de contas e relatórios da administração.....	160
7.11	Manifestações e ação penal subsidiária.....	160
8	Remuneração.....	161
9	Substituição.....	162
9.1	Prestação de contas.....	163
9.2	Remuneração.....	164
10	Destituição.....	165
10.1	Hipóteses de destituição.....	165
10.2	Decisão judicial.....	166
10.3	Prestação de contas.....	167
10.4	Remuneração.....	167
11	Responsabilidade civil.....	168
11.1	Ação de responsabilidade.....	168
11.2	Responsabilidade por omissão.....	169
<b>Capítulo 7 – Manifestação e representação dos credores.....</b>		<b>171</b>
1	Os credores na falência e na recuperação judicial.....	171
2	Assembleia geral de credores.....	171
2.1	Participantes.....	172
2.2	Competência.....	174
2.3	Convocação.....	175
2.4	Instalação.....	176
2.5	Deliberações.....	177
2.5.1	Plenário.....	177
2.5.2	Classes para apreciação do plano de recuperação judicial.....	177
2.5.3	Classes para constituição e eleição do comitê de credores.....	178
2.5.4	Discussões e alterações no quadro de credores.....	179
2.6	Invalidades.....	181
3	Comitê de credores.....	181

3.1	Composição.....	182
3.2	Constituição.....	183
3.3	Eleição dos membros.....	185
3.4	Investidura e funcionamento do comitê.....	186
3.5	Competência.....	187
3.6	Remuneração.....	190
3.7	Substituição e destituição dos membros.....	190
3.8	Responsabilidade civil.....	191
<b>Capítulo 8</b>	<b>– Verificação de créditos.....</b>	<b>192</b>
1	Identificação dos credores nos processos de falência e recuperação judicial.....	192
2	Fase administrativa.....	192
2.1	Lista de credores.....	193
2.2	Habilitações.....	195
2.3	Divergências.....	198
2.4	Relação de credores.....	199
3	Impugnações contra créditos que constam da relação.....	200
3.1	Prazo.....	200
3.2	Legitimidade.....	201
3.2.1	Ministério Público.....	201
3.2.2	Comitê de Credores.....	201
3.2.3	Devedor ou seus sócios.....	201
3.2.4	Qualquer credor.....	202
3.3	Objeto.....	202
3.4	Competência.....	202
3.5	Petição inicial.....	203
3.6	Procedimento.....	204
3.7	Decisão.....	205
3.8	Recurso.....	206
3.9	Desistência.....	207
4	Impugnações a favor do crédito (reclamações do credor).....	207
4.1	Impugnação para inclusão do crédito.....	207
4.2	Impugnação quanto ao valor ou classificação do crédito.....	208
4.3	Competência, procedimento e decisão.....	209
5	Habilitações retardatárias.....	210
6	Créditos fiscais.....	211
7	Créditos trabalhistas.....	213
8	Ações em trâmite.....	214



9	Consolidação do quadro geral de credores.....	214
10	Alterações do quadro geral de credores .....	215
10.1	Inclusão no quadro geral de credores.....	215
10.2	Retificação do quadro geral de credores.....	215
10.2.1	Legitimidade ativa .....	216
10.2.2	Fundamentos .....	216
10.2.3	Competência.....	218
10.2.4	Procedimento .....	218
10.2.5	Decisão.....	219
10.2.6	Pagamento do crédito questionado.....	219
11	Credores particulares do sócio de responsabilidade ilimitada.....	219
<b>Capítulo 9 – Plano de recuperação judicial.....</b>		<b>221</b>
1	Elaboração do plano de recuperação judicial.....	221
2	Conteúdo do plano de recuperação judicial.....	221
2.1	Laudos econômico-financeiro e de avaliação de bens.....	222
2.2	Demonstração de viabilidade econômica .....	222
2.3	Meios de recuperação .....	223
3	Exemplos de meios de recuperação.....	223
3.1	Medidas financeiras.....	224
3.2	Medidas societárias .....	225
3.2.1	Reorganizações.....	225
3.2.2	Incorporação, fusão e cisão.....	226
3.2.2.1	Intervenção do CADE .....	226
3.3	Medidas referentes à gestão do devedor.....	227
3.4	Medidas para captação de recursos .....	228
3.5	Transferência da atividade .....	228
4	Limitações ao plano.....	229
4.1	Créditos trabalhistas e de acidente de trabalho .....	229
4.2	Garantias reais .....	231
4.3	Variação cambial .....	232
5	Apresentação do plano de recuperação judicial.....	232
<b>Capítulo 10 – Apreciação do plano de recuperação judicial.....</b>		<b>234</b>
1	Manifestação dos credores .....	234
1.1	Aprovação tácita.....	234
1.2	Objecção.....	235
2	Análise do plano pela assembleia dos credores .....	235

2.1	Fase de discussão: alterações no plano de recuperação .....	236
2.2	Fase de votação do plano.....	237
2.2.1	Aprovação do plano de recuperação.....	237
2.2.2	Aprovação alternativa do plano de recuperação.....	239
2.2.3	Rejeição do plano.....	240
3	Limites da atuação jurisdicional.....	241
3.1	Teoria do conflito de interesses .....	243
3.2	<i>Cram down</i> .....	243
3.2.1	A experiência dos Estados Unidos .....	244
3.2.2	Aplicabilidade ao Brasil.....	245
<b>Capítulo 11 – Concessão e cumprimento da recuperação judicial .....</b>		<b>247</b>
1	Apresentação de certidões negativas de débitos tributários.....	247
1.1	Não apresentação das certidões.....	248
2	Concessão da recuperação judicial .....	253
2.1	Vinculação de todos os credores .....	254
2.2	Novação.....	254
2.2.1	Retomada ou extinção das ações suspensas contra o devedor .....	257
2.2.2	A situação dos codevedores e garantidores.....	258
2.3	Formação de título executivo judicial.....	259
2.4	Alienação de filiais e unidades produtivas .....	259
2.4.1	Forma de alienação.....	260
2.4.2	Responsabilidade do adquirente .....	261
3	Cumprimento da recuperação.....	263
3.1	Período de observação .....	264
3.2	Medidas posteriores ao período de observação.....	265
4	Extinção do processo de recuperação judicial .....	266
5	Afastamento.....	267
5.1	Abrangência.....	267
5.2	Hipóteses legais .....	268
5.2.1	Condenação criminal definitiva.....	268
5.2.2	Indícios veementes de crimes falimentares.....	269
5.2.3	Dolo, simulação ou fraude em face dos credores.....	270
5.2.4	Gastos pessoais excessivos .....	270
5.2.5	Despesas injustificáveis .....	271
5.2.6	Descapitalização injustificada.....	272
5.2.7	Simulação ou omissão na lista de credores .....	272
5.2.8	Negativa de prestação de informações.....	273

5.2.9	Previsão do plano de recuperação .....	273
5.2.10	Omissão na prestação de contas mensais .....	273
5.3	Decisão de afastamento .....	274
5.4	Substituição .....	274
5.4.1	Substituição do empresário individual .....	274
5.4.2	Substituição do administrador de sociedade .....	276
6	Convolução em falência .....	276
<b>Capítulo 12 – Recuperação judicial especial</b>	.....	<b>278</b>
1	Noções gerais .....	278
2	Sujeitos .....	279
2.1	Devedor empresário enquadrado como ME ou EPP .....	279
2.2	Credores abrangidos .....	280
3	Pedido e processamento .....	281
4	Plano especial de recuperação .....	282
5	Procedimento .....	283
<b>Capítulo 13 – Recuperação extrajudicial</b>	.....	<b>286</b>
1	Noções gerais .....	286
2	Sujeitos .....	287
2.1	Devedor .....	287
2.2	Credores abrangidos .....	288
3	Modalidades .....	289
3.1	Recuperação extrajudicial de homologação facultativa .....	289
3.2	Recuperação extrajudicial de homologação obrigatória .....	290
4	Homologação .....	291
4.1	Requisitos subjetivos .....	292
4.2	Requisitos objetivos .....	293
4.3	Pedido de homologação .....	294
4.4	Procedimento da homologação .....	295
5	Efeitos da homologação .....	296
<b>Capítulo 14 – Falência</b>	.....	<b>298</b>
1	Noções gerais .....	298
2	Natureza .....	299
3	Fases da falência .....	301
3.1	Fase pré-falimentar .....	301
3.2	Fase falimentar .....	301
3.3	Fase pós-falimentar .....	302

4	Objetivos.....	302
5	Princípios.....	303
5.1	Igualdade entre os credores.....	304
5.2	Celeridade processual.....	305
5.3	Economia processual.....	306
6	Pressupostos de instauração da falência.....	306
<b>Capítulo 15 – Legitimidade passiva específica.....</b>		<b>309</b>
1	Falência como regime especial.....	309
2	Submissão à falência.....	310
2.1	Situações especiais.....	311
2.2	Empresários irregulares.....	312
2.3	Empresário indireto.....	312
3	Exclusões.....	313
3.1	Exclusão absoluta.....	314
3.2	Exclusão relativa.....	315
4	Perda da legitimação.....	316
4.1	Morte do empresário individual.....	316
4.2	Encerramento das atividades.....	318
4.3	Liquidação da sociedade anônima.....	319
<b>Capítulo 16 – Insolvência.....</b>		<b>321</b>
1	A insolvência.....	321
2	Sistemas de presunção de insolvência.....	321
2.1	Sistema do patrimônio deficitário.....	321
2.2	Sistema da incapacidade de pagar.....	322
2.3	Sistema da cessação de pagamentos.....	322
2.4	Sistema da impontualidade.....	323
2.5	Sistema da enumeração legal.....	323
3	A insolvência no sistema brasileiro.....	323
3.1	Confissão do devedor.....	323
3.2	Impontualidade injustificada.....	324
3.2.1	Inadimplência.....	324
3.2.2	Dívida líquida constante de título executivo.....	325
3.2.3	Valor superior a 40 salários mínimos.....	326
3.2.4	Prova da impontualidade.....	326
3.3	Execução frustrada.....	328
3.4	Atos de falência.....	332

3.4.1	Liquidação precipitada.....	332
3.4.2	Utilização de meios ruinosos ou fraudulentos .....	333
3.4.3	Intenção de fraudar credores ou retardar pagamentos .....	334
3.4.4	Trespasse irregular .....	335
3.4.5	Simulação da transferência do principal estabelecimento.....	336
3.4.6	Outorga ou reforço de garantia .....	338
3.4.7	Abandono de estabelecimento .....	339
3.4.8	Descumprimento de obrigação assumida no plano de recuperação judicial...	340
<b>Capítulo 17 – Decretação judicial da falência .....</b>		<b>342</b>
1	Falência como estado de direito .....	342
2	Convolução da recuperação judicial em falência.....	342
3	Autofalência .....	343
3.1	Legitimidade.....	344
3.2	Pedido .....	345
3.3	Procedimento.....	347
4	Pedido de falência .....	348
4.1	Legitimidade ativa.....	348
4.1.1	Qualquer credor.....	349
4.1.1.1	Créditos vincendos.....	349
4.1.1.2	Credor empresário.....	350
4.1.1.3	Credor domiciliado fora do Brasil.....	350
4.1.1.4	Credores fiscais .....	350
4.1.2	Herdeiros, inventariante e cônjuge sobrevivente.....	352
4.1.3	Sócios ou acionistas .....	354
4.2	Juízo competente.....	355
4.3	Despacho inicial e citação .....	355
4.4	Posturas do devedor .....	356
4.4.1	Pedido de recuperação judicial.....	357
4.4.2	Depósito elisivo.....	359
4.4.3	Contestação .....	360
4.4.4	Inércia.....	362
4.5	Conciliação, saneamento e instrução .....	362
4.6	Decisão do pedido de falência.....	363
4.6.1	Denegação do pedido .....	363
4.6.2	Decisão de decretação da falência .....	367
4.6.1.1	Indenização de danos causados ao devedor .....	364
4.6.1.2	Indenização de danos causados a terceiros .....	366

5	Decretação judicial da falência .....	367
5.1	Elementos.....	367
5.1.1	Síntese do pedido, identificação do falido e dos administradores da sociedade falida.....	367
5.1.2	Termo legal.....	368
5.1.3	Continuação do processo .....	371
5.1.4	Prisão preventiva .....	375
5.1.3.1	Providências para a formação da massa de credores .....	371
5.1.3.2	Providências relacionadas à massa falida objetiva .....	373
5.1.3.3	Suspensão das ações e da prescrição contra o devedor.....	373
5.1.3.4	Órgãos no processo de falência.....	374
5.1.3.5	Comunicações e diligências adicionais.....	374
5.1.5	Continuação dos negócios e lacração do estabelecimento.....	375
5.2	Publicidade.....	376
5.3	Recursos .....	377
5.4	Natureza .....	378
	<b>Capítulo 18 – Efeitos da falência quanto à pessoa do falido.....</b>	<b>382</b>
1	Quem é considerado falido? .....	382
2	Extensão da falência .....	383
2.1	Sócios de responsabilidade ilimitada.....	383
2.2	Sócios de responsabilidade limitada.....	384
2.2.1	Admissibilidade da extensão da falência: cabimento da desconsideração da personalidade jurídica na falência.....	385
2.2.2	Fundamentos para a desconsideração no processo falimentar.....	387
2.2.3	Quem pode ser atingido pela desconsideração? .....	389
2.2.4	Aspectos processuais da desconsideração da personalidade jurídica no processo falimentar.....	391
2.3	Administradores.....	392
2.4	Empresário indireto .....	392
2.5	Sociedades integrantes de grupo.....	393
3	Efeitos da falência quanto à pessoa do falido .....	394
3.1	Inabilitação empresarial.....	394
3.2	Capacidade processual do falido.....	397
3.3	Sigilo de correspondência .....	397
3.4	Obrigações do falido.....	399
3.4.1	Termo de comparecimento nos autos .....	399
3.4.2	Entrega de bens, livros, papéis e documentos .....	401
3.4.3	Restrições à liberdade de locomoção.....	402

3.4.4	Comparecimento aos atos da falência e manifestações.....	403
3.4.5	Prestação de informações e lista de credores.....	403
3.4.6	Auxílio ao administrador judicial .....	404
3.4.7	Descumprimento das obrigações .....	404
3.5	Direitos do falido.....	406
3.6	Dissolução da sociedade falida.....	406
<b>Capítulo 19</b>	<b>– Efeitos da falência quanto às obrigações do falido.....</b>	<b>408</b>
1	Introdução.....	408
2	Vencimento antecipado.....	409
3	Conversão cambial .....	411
4	Suspensão condicional da exigibilidade dos juros posteriores à falência .....	411
4.1	Obrigações com garantia real.....	412
4.2	Debêntures.....	413
5	Formação do juízo universal e indivisível.....	414
5.1	Ações anteriores à falência.....	414
5.2	Ações trabalhistas .....	415
5.3	Causas fiscais.....	415
5.4	Ações não falimentares.....	415
5.5	Ações cuja competência é definida pela Constituição .....	416
5.6	Ações imobiliárias.....	417
5.7	Ações que demandam quantias ilíquidas com litisconsórcio entre a Fazenda Pública e a Massa Falida .....	417
6	Suspensão das ações e execuções.....	418
6.1	Ações que demandem quantias ilíquidas .....	419
6.2	Execuções fiscais .....	419
6.3	Execuções com hasta pública já designada .....	421
6.4	Ações sem conteúdo econômico.....	422
7	Suspensão da prescrição.....	422
8	Suspensão do direito de retirada e do recebimento do valor das quotas ou ações.....	424
8.1	Direito de retirada.....	424
8.2	Pagamento aos sócios ou acionistas .....	425
9	Suspensão do direito de retenção.....	426
10	Compensação das obrigações do falido.....	427
10.1	Requisitos da compensação na falência.....	428
10.2	Créditos não compensáveis .....	429
10.3	Reconhecimento da compensação.....	431
10.4	Salvos bancários e compensação.....	431

<b>Capítulo 20 – Efeitos da falência quanto aos contratos do falido</b> .....	434
1 A falência e os contratos do falido.....	434
2 Contratos bilaterais: regra geral.....	434
2.1 Decisão pela resolução do contrato.....	435
2.2 Decisão pela continuação do contrato.....	436
2.3 Interpelação.....	437
2.4 Indenização pelo não cumprimento.....	438
2.5 Cláusula resolutória expressa.....	440
3 Contratos unilaterais.....	441
4 Contratos de compra e venda.....	442
4.1 Mercadorias em trânsito.....	442
4.2 Venda de coisas compostas.....	443
4.3 Venda para pagamento em prestações.....	443
4.4 Compra e venda com reserva de domínio.....	444
4.5 Vendas a termo.....	446
5 Promessa de compra e venda de imóveis.....	447
6 Contratos administrativos.....	447
7 Locação.....	448
8 Mandato.....	448
9 Conta-corrente.....	449
10 Contratos de sociedade.....	450
11 Incorporação imobiliária.....	451
12 Acordos para compensação e liquidação no sistema financeiro.....	451
13 Outros contratos.....	452
13.1 Abertura de crédito.....	452
13.2 Seguro.....	453
13.3 Alienação fiduciária em garantia.....	454
13.4 <i>Leasing</i> .....	454
13.5 Franquia.....	455
13.6 <i>Factoring</i> .....	456
13.7 Securitização de recebíveis.....	457
13.8 Cartão de crédito.....	459
13.9 Contrato de trabalho.....	459
<b>Capítulo 22 – Efeitos da falência quanto aos bens do falido</b> .....	461
1 Submissão dos bens do falido ao processo: formação da massa falida objetiva.....	461
1.1 Bens absolutamente impenhoráveis.....	461
1.2 Patrimônios de afetação.....	465
2 Privação dos poderes de administração e disposição sobre os bens do falido.....	466



<b>Capítulo 22 – A fase falimentar do processo .....</b>	<b>468</b>
1    Início da fase falimentar .....	468
2    Apuração do passivo .....	469
2.1    Fase administrativa .....	469
2.2    Fase contenciosa e quadro geral de credores.....	470
3    Apuração do ativo .....	471
4    Realização do ativo .....	471
5    Pagamento do passivo.....	471
<b>Capítulo 23 – Apuração do ativo.....</b>	<b>472</b>
1    Arrecadação dos bens, livros e documentos do devedor .....	472
1.1    Livros e documentos .....	473
1.2    Bens .....	473
1.3    Não submissão à arrecadação .....	475
2    Inventário e avaliação dos bens, livros e documentos arrecadados.....	476
3    Guarda e conservação da massa falida.....	477
3.1    Continuação dos negócios .....	478
3.2    Produção de renda com os bens arrecadados .....	479
3.3    Possibilidade de venda imediata .....	479
4    Ação de responsabilidade.....	481
4.1    Cabimento da ação contra os sócios de responsabilidade limitada .....	483
4.1.1    Responsabilidade dos sócios da sociedade limitada.....	483
4.1.2    Responsabilidade dos acionistas da sociedade anônima.....	484
4.2    Responsabilidade do controlador .....	484
4.3    Responsabilidade dos administradores.....	486
<b>Capítulo 24 – Ineficácia dos atos praticados pelo falido .....</b>	<b>489</b>
1    Ineficácia dos atos praticados pelo falido.....	489
2    Ineficácia objetiva .....	490
2.1    Cabimento.....	491
2.1.1    Atos praticados dentro do termo legal .....	491
2.1.1.1    Pagamento antecipado.....	492
2.1.1.2    Pagamento por meios diversos.....	493
2.1.1.3    Instituição ou reforço de garantia real.....	494
2.1.2    Atos praticados nos dois anos anteriores à falência .....	495
2.1.2.1    Atos a título gratuito .....	496
2.1.2.2    Renúncia à herança ou legado .....	498
2.1.3    Trespasse ineficaz.....	498
2.1.4    Registros imobiliários .....	499

2.1.5	Reembolso de ações.....	501
2.2	Declaração judicial de ineficácia.....	501
2.2.1	Ação declaratória de ineficácia.....	502
2.2.2	Prazo.....	502
2.2.3	A decisão declaratória de ineficácia.....	503
2.2.4	Recurso.....	503
3	Ineficácia subjetiva.....	504
3.1	Cabimento.....	505
3.2	Legitimidade e competência.....	506
3.3	Prazo.....	507
3.4	Processamento, decisão e recurso.....	508
4	Sequestro.....	508
5	Securitização de recebíveis.....	509
<b>Capítulo 25 – Pedido de restituição e embargos de terceiro.....</b>		<b>511</b>
1	Ajustes na apuração do ativo.....	511
2	Pedido de restituição.....	511
2.1	Cabimento.....	512
2.1.1	Pedido de restituição geral.....	512
2.1.1.1	Alienação fiduciária em garantia.....	513
2.1.1.2	Cessão fiduciária de direitos creditórios.....	514
2.1.1.3	<i>Leasing</i> .....	514
2.1.1.4	Depósito.....	515
2.1.2	Pedido de restituição especial.....	516
2.1.3	Pedido de restituição em dinheiro.....	518
2.1.3.1	Sucedâneo do pedido de restituição geral.....	518
2.1.3.2	Adiantamento de contrato de câmbio.....	519
2.1.3.3	Valores gastos por terceiros de boa-fé em atos declarados ineficazes.....	519
2.1.3.4	Dinheiro em poder do falido sobre o qual ele não tenha disponibilidade.....	519
2.2	Procedimento.....	521
2.3	Decisão, recurso e cumprimento.....	522
3	Embargos de terceiro.....	524
<b>Capítulo 26 – Realização do ativo.....</b>		<b>525</b>
1	Alienação da massa falida.....	525
2	Formas de alienação.....	526
3	Modalidades ordinárias de alienação.....	527

3.1	Opções legais.....	528
3.1.1	Leilão .....	528
3.1.2	Propostas .....	528
3.1.3	Pregão.....	529
3.2	Escolha da modalidade.....	529
3.3	Pagamento e transferência dos bens.....	530
4	Modalidades alternativas de alienação .....	531
4.1	Decisão dos credores.....	531
4.2	Decisão do juiz.....	531
4.3	Constituição de uma sociedade de credores.....	532
5	Liquidação sumária: adjudicação e venda direta aos credores.....	533
6	Venda imediata.....	535
7	Ausência de sucessão dos adquirentes.....	535
8	Impugnações.....	537
<b>Capítulo 27 – Pagamento do passivo.....</b>		<b>538</b>
1	A ordem de pagamento .....	538
2	Créditos prioritários.....	540
3	Pedidos de restituição em dinheiro .....	542
4	Créditos extraconcursais.....	542
4.1	Administrador judicial, seus auxiliares, empregados da massa.....	543
4.2	Quantias fornecidas pelos credores.....	543
4.3	Despesas do processo de falência.....	543
4.4	Custas das ações em que a massa falida seja vencida .....	544
4.5	Outras dívidas da massa falida.....	544
5	Créditos concursais .....	545
5.1	Créditos decorrentes da legislação do trabalho até 150 salários mínimos e créditos decorrentes de acidente de trabalho .....	545
5.1.1	Equiparados .....	547
5.1.2	Honorários advocatícios.....	547
5.2	Créditos com garantia real.....	549
5.3	Créditos tributários .....	549
5.4	Créditos com privilégio especial.....	550
5.5	Créditos com privilégio geral .....	553
5.6	Créditos quirografários.....	554
5.7	Multas.....	554
5.8	Créditos subordinados.....	555
6	Realização dos pagamentos .....	555
7	Reservas de valores.....	556

<b>Capítulo 28 – Encerramento do processo e extinção das obrigações.....</b>	<b>559</b>
1 Fim do processo falimentar .....	559
1.1 Prestação de contas.....	559
1.2 Relatório final.....	561
1.3 Sentença de encerramento.....	561
2 Extinção das obrigações .....	562
2.1 Cabimento.....	562
2.2 Declaração da extinção das obrigações.....	564
2.3 Extinção dos créditos extraconcursais .....	565
3 Dissolução da sociedade falida .....	566
<b>Capítulo 29 – Das disposições penais em matéria de falência e recuperação de empresas....</b>	<b>568</b>
1 Crimes falimentares .....	568
2 Dos crimes em espécie .....	569
2.1 Fraude a credores .....	569
2.2 Violação de sigilo empresarial.....	570
2.3 Divulgação de informações falsas.....	571
2.4 Indução a erro.....	572
2.5 Favorecimento de credores.....	572
2.6 Desvio, ocultação ou apropriação de bens.....	573
2.7 Aquisição, recebimento ou uso ilegal de bens.....	573
2.8 Habilitação ilegal de crédito .....	574
2.9 Exercício ilegal de atividade.....	575
2.10 Violação de impedimento .....	575
2.11 Omissão dos documentos contábeis obrigatórios.....	576
3 Condição objetiva de punibilidade .....	576
4 Prescrição.....	577
5 Princípio da unicidade dos crimes falimentares.....	577
6 Ação penal .....	579
7 Competência .....	579
8 Procedimento.....	581
9 Efeitos da sentença condenatória.....	582
10 Desobediência falimentar .....	583
<b>Capítulo 30 – Regimes especiais de enfrentamento de crises.....</b>	<b>585</b>
1 Necessidade de regimes especiais.....	585
2 Regimes especiais para instituições financeiras.....	585
2.1 Intervenção.....	586

2.1.1	Decretação .....	586
2.1.2	Efeitos da intervenção .....	587
2.1.3	Interventor .....	588
2.1.4	Fim da intervenção.....	588
2.2	Regime de administração especial temporária (RAET).....	588
2.3	Liquidação extrajudicial.....	590
2.3.1	Decretação .....	590
2.3.2	Efeitos .....	591
2.3.3	Liquidante.....	593
2.3.4	Procedimento da liquidação.....	593
2.3.4.1	Verificação de créditos .....	594
2.3.4.2	Realização do ativo e pagamento do passivo.....	595
2.3.5	Encerramento da liquidação .....	596
2.4	Responsabilidade civil dos ex-administradores .....	596
2.4.1	Natureza .....	597
2.4.2	Apuração da responsabilidade.....	599
2.4.3	Indisponibilidade de bens.....	600
2.5	Responsabilização dos controladores.....	600
3	Seguradoras.....	601
4	Operadoras de planos de saúde.....	603
5	Entidades de previdência complementar .....	605
6	Aviação comercial.....	606
7	Concessionárias de energia elétrica.....	607
	<i>Referências</i> .....	610